



**PODER EXECUTIVO  
MUNICÍPIO DE GUARAPARI  
GABINETE DO PREFEITO**

**LEI Nº. 5.161, DE 09 DE JANEIRO DE 2026.**

**DISPÕE SOBRE CRITÉRIOS E NORMAS PARA A DISTRIBUIÇÃO, TRANSFERÊNCIA, EXECUÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS FINANCEIROS DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE GUARAPARI.**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAPARI**, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, alicerçado nas disposições do Art. 88, inciso V, da Lei Orgânica do Município – **LOM**, faz saber que a Câmara Municipal **APROVOU** e ele **SANCIONA** a seguinte

**LEI:**

**CAPÍTULO I  
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º.** Esta Lei estabelece critérios e normas para a distribuição, transferência, execução e prestação de contas de recursos financeiros do Programa Dinheiro Direto na Escola Municipal (PDDE-M), destinado a apoiar a manutenção e a melhoria da infraestrutura física e pedagógica das escolas públicas municipais.

**Art. 2º.** O Programa tem como finalidade garantir maior autonomia de gestão financeira às unidades escolares, fortalecendo a participação da comunidade escolar na definição de prioridades e assegurando a transparência na aplicação dos recursos públicos.

**CAPÍTULO  
II DA DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS**

**Art. 3º.** A distribuição dos recursos às unidades escolares poderá ocorrer:

- I – por meio de tipologia definida pela Secretaria Municipal de Educação;
- II – por critérios estabelecidos em regulamento próprio, mediante Decreto Municipal.



**PODER EXECUTIVO  
MUNICÍPIO DE GUARAPARI  
GABINETE DO PREFEITO**

**Art. 4º.** Os valores a serem repassados a cada escola observarão critérios como número de alunos matriculados, necessidades estruturais e pedagógicas, bem como indicadores de vulnerabilidade social da comunidade escolar.

**CAPÍTULO III  
DA EXECUÇÃO DOS RECURSOS**

**Art. 5º.** A execução dos recursos será condicionada à elaboração de Plano de Aplicação, a ser aprovado pelo Conselho de Escola, devidamente constituído e em funcionamento.

**Art. 6º.** O Plano de Aplicação terá vigência anual e será elaborado em consonância com as diretrizes pedagógicas e administrativas da Secretaria Municipal de Educação.

**Art. 7º.** A execução dos recursos deverá respeitar as normas estabelecidas em Decreto regulamentador próprio, podendo o Poder Executivo Municipal editar normas complementares para disciplinar os procedimentos necessários.

**Art. 8º.** É vedada a utilização dos recursos do Programa em despesas de caráter pessoal, de custeio administrativo da Secretaria Municipal de Educação ou em finalidades distintas daquelas previstas no Plano de Aplicação aprovado.

**Art. 9º.** Em casos excepcionais, a partir de requerimento fundamentado da unidade escolar, e após a aprovação do Conselho Escolar, a Secretaria Municipal de Educação poderá autorizar, em ato fundamentado, a utilização dos recursos transferidos para aquisição de gênero alimentício, mediante prévia alteração do Plano de Aplicação por meio de Termo Aditivo.

**CAPÍTULO IV  
DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

**Art. 10.** As unidades escolares deverão apresentar prestação de contas anual, na forma estabelecida em regulamento próprio, observando-se os princípios da legalidade, publicidade, eficiência e transparência.

**Art. 11.** A prestação de contas será submetida à apreciação do Conselho de Escola, que emitirá parecer antes do envio à Secretaria Municipal de Educação.

**Art. 12.** A Secretaria Municipal de Educação instituirá mecanismos de acompanhamento, monitoramento e auditoria da aplicação dos recursos, podendo solicitar documentos e informações adicionais sempre que necessário.



**PODER EXECUTIVO  
MUNICÍPIO DE GUARAPARI  
GABINETE DO PREFEITO**

**Art. 13.** As normativas e procedimentos detalhados sobre a prestação de contas serão definidos e publicados por meio de Decreto do Poder Executivo Municipal.

**Art. 14.** O não cumprimento das normas desta Lei implicará suspensão de repasses futuros, responsabilização administrativa e, se cabível, responsabilização civil e penal dos gestores escolares.

**CAPÍTULO V  
DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 15.** O repasse mencionado nessa lei somente ocorrerá caso haja disponibilidade orçamentária e financeira da Secretaria Municipal de Educação.

**Art. 16.** Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no que couber, por meio Decreto Municipal.

**Art. 17.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guarapari – ES., 09 de janeiro de 2026.

**RODRIGO LEMOS BORGES**  
*Prefeito Municipal*



**PODER EXECUTIVO  
MUNICÍPIO DE GUARAPARI  
GABINETE DO PREFEITO**

Guarapari – ES., 08 de janeiro de 2026.

**OF. GAB. CMG Nº. 007/2026**

**A Excelentíssima Senhora  
Vereadora SABRINA BUBACH ASTORI  
MD. Presidente da Câmara Municipal de Guarapari – ES.**

Sirvo-me do presente para encaminhar a essa Colenda Casa Legislativa, o sancionamento da Lei Ordinária Nº. 5.161/2026, aprovada por esse Parlamento Municipal, originada do caderno processual administrativo nº. 301804278/2025.

Atenciosamente,

**RODRIGO LEMOS BORGES**  
***Prefeito Municipal***